

CORÉIA DO SUL

Industrialização e desenvolvimento social

MARIA CECÍLIA PRATES RODRIGUES

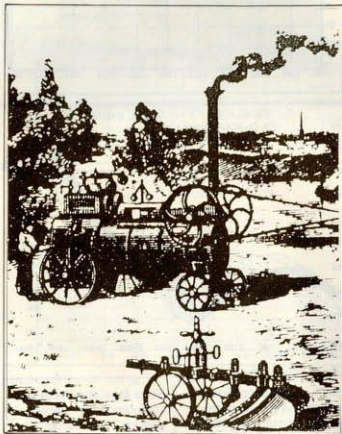
O propósito deste artigo é mostrar como o processo acelerado de industrialização na República da Coreia do Sul pós-anos 60, sob a égide de um governo politicamente autoritário e economicamente centralizador, conseguiu manter e reproduzir formas modernas de organização da sociedade.

Este processo contrapõe-se ao que ocorreu no Brasil, onde a industrialização nestas últimas quatro décadas engendrou um modelo social cada vez mais desigual e injusto, favorecendo uma pequena parcela da população em detrimento de sua grande maioria, que se viu alijada dos benefícios do crescimento econômico em nosso país.

Procurar-se-á detectar, no decorrer deste breve retrospecto do processo de industrialização na Coreia do Sul, a existência ou não de uma preocupação governamental com o desenvolvimento social naquele país.

1945-1960: Pré-condições para a industrialização coreana

Entre 1905 e 1945, a Coreia esteve submetida ao jugo da colonização japonesa. Com o fim da II Guerra Mundial e a derrota do Japão, os coreanos se viram finalmente livres daquela dominação predatória, mas que lhes valeu uma influência benéfica em termos de



organização gerencial e de formação de hábitos austeros de trabalho.

Como resultado da guerra, a Coreia ficou dividida ao longo do paralelo 38, sendo o Norte submetido à influência soviética; o Sul, com destino semelhante ao do Japão, foi ocupado por forças militares norte-americanas.

Esta divisão territorial a que, contra a sua vontade, ficou submetido o povo coreano,

rompeu com a complementariedade econômica entre as regiões, pela qual o Norte, rico em recursos minerais, especializara-se na indústria de transformação, e o Sul, apesar de montanhoso, tornara-se essencialmente agrário. Em 1940, em torno de 80% da indústria pesada e química encontravam-se no Norte, ao passo que 70% das indústrias leves, tais como de tecidos e alimentação, situavam-se no Sul.

Assim, a divisão das Coreias representou um golpe fatal para a estrutura industrial embrionária do Sul, fortemente dependente em relação à do Norte, tornando qualquer processo de recuperação endógeno extremamente difícil.

Em 1945, a situação econômica e social da Coreia do Sul era de extrema pobreza. Cerca de 70% da população trabalhadora viviam do solo, ocupando-se de uma agricultura de subsistência rudimentar e ineficiente, dedicada sobretudo ao cultivo do arroz. O segmento industrial ficou desmantelado, e os poucos ativos industriais existentes passaram às mãos do Estado, no caso o governo militar americano.

País pequeno, com uma área de 99 mil km², equivalente à extensão do Estado de Pernambuco, possuía uma densidade populacional das mais altas do mundo, em torno de 425 pessoas/ km², além de uma das mais elevadas taxas de analfabetismo, que chegava a 78%.

Para agravar este quadro, há que se lembrar que a Coreia do Sul possui solos pobres em recursos minerais e energéticos, e 70% da totalidade de suas terras são constituídas por terreno montanhoso. Assim, apenas 22% de suas terras são agricultáveis, sendo 13,2% em áreas planas.

A esta conjugação adversa de fatores em termos políticos, econômicos,

sociais e geográficos, adicionou-se a guerra civil entre as duas Coreias em 1950, que, após três anos de um conflito dos mais sangrentos da história, terminou sem vencedores, e com um saldo de 1 milhão de coreanos mortos.

Como se vê, a situação da Coreia do Sul (que daqui para frente será tratada apenas por Coreia) era um exemplo patente de uma economia destruída pelo colonialismo e pela guerra, com uma numerosa população pobre e ignorante. Diante de um quadro tão desalentador, eram diminutas as possibilidades da Coreia vir ainda a se tornar um país viável.

Há quem se refira ao início do "milagre" coreano somente a partir de 1962, com a arrancada definitiva do processo de industrialização imposto pelo regime militar. De fato, a partir deste ano, a taxa de crescimento da economia salta de patamares modestos, alcançados no período de recuperação após a guerra civil, para um dos mais elevados do mundo, em torno de 8,5% ao ano entre 1962 e 1987.

Não se deve esquecer que o "milagre" coreano teve as suas bases fortemente construídas no momento anterior, que se estendeu da ocupação militar norte-americana, entre 1945 e 1948, até a administração do presidente Sygman Rhee, eleito em 1948 com o apoio dos EUA e deposto em 1960.

Neste período, foram implantadas duas reformas fundamentais, a reforma agrária e a reforma educacional, que foram decisivas para equipar o país com um imenso potencial para crescer rapidamente sem esgarçar de maneira perigosa seu tecido social.

A reforma agrária pulverizou a estrutura de propriedade no campo, elevando o percentual de proprietários da terra de 16,5% da população rural em 1947, para 71,6% em 1964. Embora não tenha resultado em aumento de produtividade agrícola, a reforma agrária foi sobremaneira importante no sentido de reduzir as tensões sociais existentes no meio rural e, conseqüentemente, fixar o homem ao campo.

Esta situação relativamente estável da atividade agrícola permitiu que o êxodo rural na Coreia estivesse subordinado às necessidades de mão-de-obra do processo de industrialização, que se acelerou a partir dos anos 60. Esta se constitui em uma diferença fundamental do ponto de vista social, quando se analisa a questão da industrialização no Brasil. Em nosso país, a introdução de formas capitalistas de produção no campo e o conseqüente acirramento dos conflitos sociais, sobretudo após os anos 50, atuaram como fatores de expulsão do homem do campo, gerando problemas sérios de adensamento populacional na periferia das grandes cidades e de miséria urbana.

Não se pretende atribuir à reforma agrária da Coreia um caráter revolucionário e socialista. Pelo contrário, a reforma agrária, que se prolongou de 1949 a 1958, foi eminentemente capitalista e conservadora, comandada por influência norte-americana. Consistiu basicamente em redistribuir, ou melhor, vender para os camponeses coreanos, de forma mais igualitária, as terras antes concentradas nas mãos de proprietários japoneses.

Até 1947, a concentração das terras beneficiava os 8 mil proprietários japoneses que detinham 68% da área total das terras, enquanto que aos 120 mil proprietários coreanos cabiam apenas 32% das terras. Com a reforma agrária e a conseqüente distribuição mais equilibrada das terras em lotes médios de 1 ha, suficientes para o sustento no máximo de uma ou duas famílias, cerca de 83% das terras passaram para as mãos de proprietários coreanos, em 1956.

A reforma educacional foi o complemento urbano (embora progressivamente estendida ao setor rural) da homogeneização conseguida no campo. De 1945 a 1960, o número de escolas primárias teve aumento de 265%, e o analfabetismo reduziu-se para 18%. Ao mesmo tempo, foi colocado em ação um ambicioso programa de instrução universitária que mais que duplicou o número de instituições de ensino superior, neste mesmo período. A alta taxa de

desemprego entre diplomados nos anos 50, em torno de 20%, indica a falta de disponibilidade de mão-de-obra qualificada para sustentar o desenvolvimento econômico acelerado, que se iniciaria após os anos 60.

A valorização da instrução e do conhecimento, um legado confucionista que a partir da chamada reforma educacional tornar-se-ia prioridade do Estado e obsessão do povo coreano, foi outra distinção fundamental entre a Coreia e o Brasil. Sem dúvida, a política de universalização do ensino e de crescente preocupação com a qualificação da mão-de-obra, implementadas naquele país a partir dos anos 50, possibilitaram o acesso cada vez mais generalizado da população a formas adequadas de sobrevivência.

Nesta fase de reconstrução, que se estendeu até o final dos anos 50, a participação dos Estados Unidos foi fundamental, com seus investimentos atingindo uma média anual de 64% do total investido no país, entre 1953 e 1961. Este "mecenas" norte-americano não era gratuito, e tinha por trás de si a explosiva conjuntura do pós-guerra e a fragilíssima situação de toda a rede asiática não submetida à influência soviética direta.

A centralização econômica, também iniciada neste período, foi decisiva na forma de encaminhamento da industrialização coreana e

Coreia do Sul

da sua organização social.

Com uma burguesia industrial e uma classe latifundiária dispersas e enfraquecidas, e pressionada por sentimentos nacionalistas, a administração Rhee partiu, desde o princípio, para um amplo controle de toda a economia. A centralização do poder nas mãos do Estado atingiu tal dimensão que a diferença em relação ao norte do país tornou-se mais de esfera de influência do que de substância.

Porém, a partir de 1954, sob pressão dos EUA, o governo coreano iniciou a privatização de algumas empresas e bancos, em favor de uns poucos privilegiados do novo poder, os quais passaram a ostentar o título de capitalistas. Ficou, desta forma, configurada uma relação extremamente autoritária de poder entre o Estado e um reduzidíssimo número de empresas privadas.

1961-1987: a ditadura militar e a industrialização

O sistema autoritário e centralizador de governo, iniciado na administração Rhee, seria mantido pelo general Park Chung Hee, entre 1961 e 1979, quando este foi assassinado, e pelo seu sucessor, general Chun Doo Hwan, até 1987. Sob a mão de ferro do regime militar, a economia floresceu, e passou da condição de subdesenvolvida e atrasada para estar prestes

a integrar o grupo dos países desenvolvidos.

Os 26 anos de regime militar autoritário na Coreia foram destinados a fazer cumprir rigorosamente os cinco planos quinquenais de desenvolvimento elaborados.

No início dos anos 60, a estratégia adotada consistiu em manter e aprofundar a concentração do sistema econômico e nacionalizar o sistema financeiro, como forma de colocá-lo sob seu controle direto. O general Park tinha em mente que o caminho para tornar o seu país rico seria favorecer algumas empresas com crédito e subsídios cuidadosamente direcionados. Em troca desse favorecimento, ele pediria muito: aquelas empresas teriam que ir ao encontro das expectativas do governo.

A concentração industrial, das mais elevadas entre os países capitalistas, seguiu aumentando ao longo da década de 70 e início dos anos 80. Em 1982, 1,9% das empresas coreanas absorviam 44% do total de empregados e eram responsáveis por 62,3% do valor agregado de toda a economia. Na segunda metade dos anos 80, apenas 10 empresas no país ainda respondiam por mais da metade do valor total exportado.

Esta excessiva centralização do poder econômico em poucas mãos, que atuavam mais como um prolongamento do governo, impediu que ocorresse uma

diferenciação interna significativa entre as classes sociais, como consequência do processo de industrialização em curso. Isto porque a quase-totalidade da população urbana era classificada como trabalhador para o governo ou para os poucos conglomerados empresariais (os denominados chaebols) existentes, sendo a remuneração auferida segundo o grau de qualificação do trabalho prestado. Pode-se afirmar que, durante esse período, essa massa de trabalhadores não chegou a constituir a chamada classe média, definida a partir de critérios de salário mensal e de seus hábitos de consumo.

Entre 1961 e 1987, a estrutura de produção industrial estava apoiada basicamente no tripé constituído pela centralização e dirigismo governamental, concentração de poder econômico pelos conglomerados empresariais, e qualificação crescente da população trabalhadora. Por outro lado, a atividade rural, baseada sobretudo em pequenas propriedades auto-suficientes, funcionou como reserva de mão-de-obra para a indústria.

Esse modelo social, relativamente equilibrado e sem grandes distorções, permitiu que a Coreia estivesse entre os países do mundo com melhor distribuição de renda. Segundo as estatísticas de 1987 do Banco Mundial, o coeficiente de Gini foi de 0,36

para a Coreia era próximo ao dos países desenvolvidos, como os Estados Unidos e o Canadá (0,33), Itália (0,35) e França (0,34).

Tão logo assumiu o poder no início dos anos 60, o presidente Park percebeu que o modelo de substituição de importações de bens intermediários e não-duráveis de consumo, adotado no período anterior, não teria força suficiente para imprimir dinamismo à economia coreana. O país era muito pobre para depender da demanda interna para promover a sua industrialização, e necessitaria de divisas externas para comprar alimentos, petróleo e bens de capital. Assim, utilizando-se dos volumosos empréstimos externos obtidos, sobretudo dos EUA, o governo investiu pesadamente nas indústrias de exportação e em sua infra-estrutura.

O modelo de industrialização voltado para as exportações teve três fases distintas, definidas a partir das condições internas de mão-de-obra em termos de quantidade e de qualidade.

Entre 1962-71, o 1.º e 2.º Planos Quinquenais priorizaram a indústria leve (têxtil, vestuário, calçados, madeira compensada) que, por atuar intensivamente com trabalhadores não-qualificados, possibilitou a utilização da grande vantagem comparativa do país: a farta disponibilidade e o baixo custo da mão-de-obra. No início da década de 60, a taxa de desemprego

nas cidades ultrapassava os 16%.

Entre 1962-81 (3.º e 4.º Planos Quinquenais), ante a queda do desemprego, o aumento do salário real, a concorrência de outros NICs (Newly Industrialized Countries) com mão-de-obra mais barata, e com a mudança da estrutura industrial dos países desenvolvidos para atividades menos poluentes e mais rentáveis, a Coreia passou a se especializar na indústria pesada, notadamente química e metal-mecânica. O governo estabeleceu, então, muitos incentivos para treinamento e gastos com pesquisa nas próprias empresas.

A partir de 1982 (5.º e 6.º Planos Quinquenais), valendo-se de sua vantagem comparativa em relação aos outros países ter-se tornado o alto grau de qualificação tecnológica de sua mão-de-obra, a Coreia passou a priorizar a indústria eletrônica, que é intensiva neste tipo de mão-de-obra.

A estrutura do modelo exportador coreano era baseada na compra de máquinas e componentes do Japão, e na venda dos produtos acabados para a Europa e principalmente para os Estados Unidos. Os críticos deste padrão de comercialização afirmavam que a Coreia nada mais era do que uma plataforma para as exportações japonesas no seu percurso de Nagoya para Nova Jérséi.

Do ponto de vista da mão-

de-obra, pode-se avaliar o sucesso de um modelo de industrialização através dos ganhos de produtividade do trabalho, que refletem a sua melhor capacitação, e dos aumentos de salário real, que são indicativos do nível de renda. Sob este enfoque, a Coreia mereceu aplausos, pois entre 1972-86 apresentou uma taxa média anual de 10,5% de crescimento na produtividade do trabalho da economia como um todo, e de 7,6% de ganho médio anual de salário real.

Sob a ótica da estrutura social, o modelo de industrialização voltado para as exportações adotado na Coreia teve em si um mérito relevante, ou seja, o de não produzir desigualdades na distribuição interna da renda, de modo a propiciar mercado consumidor do tamanho adequado para as indústrias localizadas no país.

No caso brasileiro, esta segmentação funcional no tecido social foi uma realidade entre os anos 60 e 70. Como atesta a economista Maria da Conceição Tavares, "a cúpula da pirâmide social representa o grande mercado consumidor para o pólo capitalista, cujo poder de compra foi suficiente para garantir mercado às indústrias de bens de consumo duráveis. A faixa intermediária está constituída por aquela parcela de população que gravita na periferia do pólo dinâmico e cuja renda média, por ser extremamente

baixa, representa poder de compra apenas para os bens industriais de consumo universal. Finalmente, a base da pirâmide, em que está compreendida metade da população, está praticamente à margem do mercado capitalista."

O vice-presidente do Instituto de Desenvolvimento Educacional da Coreia discorda quando se utiliza o termo "milagre", para se referir ao crescimento industrial acelerado havido na Coreia entre 1961 e 1987. Segundo ele, tudo foi conseguido com muito estudo e muito trabalho: a média de trabalho na semana coreana é de 54 horas, o que representa uma média diária de 9 horas trabalhadas durante 6 dias, superior em 25% e 50%, respectivamente, à média praticada no Japão e nos Estados Unidos.

O "império" coreano foi construído em regime de grande austeridade e sacrifício imposto à população. Durante este período, o povo não tinha acesso, no mercado interno, a bens de consumo tidos como supérfluos, que eles próprios produziam e que eram exportados na sua quase-totalidade. Por exemplo, aparelhos de televisão a cores eram vendidos para os EUA, antes mesmo que os coreanos possuísem internamente uma estação de transmissão a cores. As justificativas para esta ausência dos confortos do Ocidente no mercado doméstico eram a

ocorrência crônica de déficits na balança comercial e o elevado endividamento externo do país, entre 1965 e 1985. Além de não poderem realizar seus sonhos de consumo, os coreanos estavam ainda submetidos às mazelas do autoritarismo, tais como falta de liberdade de imprensa, proibições de promover encontros, expressar opiniões em público, viajar para o exterior e fazer greves.

É importante lembrar que a priorização do crescimento econômico, neste período, relegou a plano secundário questões ligadas ao desenvolvimento social propriamente dito, entendido como a promoção da melhoria da qualidade de vida da população. Problemas advindos da concentração urbana foram surgindo, como por exemplo falta de moradia adequada para a população de renda mais baixa, problemas de violência, de trânsito e de poluição — porém, é bom que se diga, não nas mesmas e graves proporções em que eles estão presentes no Brasil. A concentração urbana tornou-se uma realidade com que a Coreia passou a conviver, basta dizer que dos 42 milhões de coreanos, 36% estão em Seul e seus arredores.

1988 em diante: a democratização e a liberalização da economia

Em fevereiro de 1988, depois de alguns meses de crise política interna, o sr. Roh

Tae Woo assumiu o poder, com o propósito de democratizar e liberalizar o país, como já vinha ocorrendo em diversas outras partes do mundo, como no Brasil, Chile e Argentina, só para citar alguns casos conhecidos. Ele também era general, como seus dois antecessores, mas, diferentemente deles, chegou ao poder através de eleição, e não por golpe militar. Sua primeira decisão importante foi a convocação de uma nova Constituição, que resultou em imediato enfraquecimento do poder executivo e fortalecimento do legislativo.

As tensões reprimidas no decorrer dos 26 anos de autoritarismo começaram a vir à tona. Durante os três meses que se seguiram à posse do Presidente Roh, ocorreram em torno de 3.300 greves e foram constituídas novas 1.400 uniões de trabalhadores; antes de 1987, raramente chegava a haver 100 greves por ano. No entanto, a Coréia foi um dos poucos países que enfrentaram a transição da ditadura para a democracia com relativa tranquilidade, sem gás lacrimogêneo nem tentativas de retomada do poder pelos militares.

Agora, os coreanos são livres para dizer e escrever o que pensam; três anos atrás, eles não o eram. Agora os trabalhadores, organizados em sindicatos realmente representativos de seus interesses e não mais como meros "fantoques do governo", passaram a exigir salários mais próximos aos

ganhos de produtividade obtidos, transformando-se no contrapeso mais forte à autoridade do presidente.

Segundo o sr. Cho Soon, que foi primeiro-ministro e chefe do Comitê de Planejamento Econômico em 1989, administrar a economia sob o novo regime democrático tornou-se muito mais difícil do que nos tempos do autoritarismo, quando bastava o apoio do presidente para aprovar as suas ações. Escolhido para esses postos por ser considerado excelente economista, sua gestão fracassou em menos de um ano, e ele explicou por que:

"Ser primeiro-ministro tornou-se uma atribuição para um político, não mais para um economista. Isto porque não lhe basta apenas o apoio do presidente. Tem que lidar com um Parlamento dominado pela oposição, que pode chamá-lo e a seus assessores, a qualquer momento, para justificar a sua política. Já não existe mais a clareza de objetivos: o sucesso não significa apenas altas taxas de crescimento da economia e das exportações, mas contrapô-las a uma série de outras coisas, tais como satisfazer os interesses dos trabalhadores e dos agricultores, perseguir o bem-estar e pensar o meio ambiente."

Com a liberalização da economia, floresceu também uma classe média urbana progressista e bem instruída, que aspira a um padrão de vida mais elevado. Com seus

salários mais altos, os coreanos querem entrar na febre do consumo: querem comprar carros, casas mais confortáveis, telefones, máquinas de lavar e outros artigos supérfluos que seus colegas da Europa e dos EUA já possuem.

Até 1987, o consumo considerado de luxo era proibitivamente taxado. É importante entender que essa liberalização do consumo vem ocorrendo nas brechas deixadas pelo protecionismo internacional e graças à situação bem mais confortável da conta corrente do balanço de pagamentos do país.

Com os novos ventos do liberalismo, tem início também uma mudança na política econômica, com a promoção do desenvolvimento de pequenas e médias empresas e o aumento de sua participação na produção de manufaturas. Pode-se levantar a hipótese sobre se esta decisão não terá conseqüências negativas para o perfil da distribuição de renda no país, uma vez que a hiperconcentração industrial até então prevalentemente contribuiu para a segmentação equilibrada do tecido social. Por outro lado, não se pode deixar de levar em consideração que esta abertura do capital está ocorrendo em estágio avançado do processo de industrialização e na presença de elevado grau de qualificação da mão-de-obra, o que dificulta o aprofundamento das diferenças sociais.

Enquanto o segmento urbano-industrial prossegue dinâmico e se beneficiando com a abertura político-econômica pela qual vem passando o país, a classe agrária continua ineficiente e conservadora, apesar de sua crescente força política.

Os preços dos alimentos produzidos internamente não são competitivos, se comparados aos preços externos; porém, os produtores rurais passaram a exigir, a partir do novo governo, práticas de subsídios e de protecionismo. O caso do arroz é ilustrativo: sua importação é proibida, por representar mais da metade da renda agrícola, apesar dos seus preços internacionais serem quatro vezes mais baixos do que no mercado doméstico.

O nível da renda rural é relativamente elevado, se comparado ao da renda urbana, embora a sua taxa de crescimento continue sendo inferior à desta última. Na segunda metade dos anos 60, o nível real da renda no campo representava 81% da renda urbana; na primeira metade dos anos 80, o poder de compra da renda rural caiu para 73%. Atualmente, a população rural representa apenas 16% do total, sendo que em 1945 este percentual chegava a 70%.

Com a democratização do país, o desenvolvimento social, entendido como a promoção da melhoria da qualidade de vida da população, tornou-se uma

exigência do povo coreano e uma das prioridades governamentais. Até então, a população era considerada nos planos de desenvolvimento apenas como fator de produção, cuja eficiência deveria sempre aumentar. Agora, além do próprio crescimento profissional, as pessoas anseiam por uma vida mais confortável, com mais liberdade e segurança.

Um programa social começou a ser implementado, a partir da administração Roh. A fixação do salário mínimo foi um primeiro passo.

Outro foi a introdução de um plano de pensão em 1988, cujos primeiros trabalhadores a serem beneficiados serão aqueles a se aposentar daqui a 20 anos. A partir de 1989, toda a população passou a ter direito ao seguro-saúde subsidiado pelo Estado. A assistência médica tornou-se gratuita para as pessoas registradas como pobres, que correspondem a 11% da população. Os governos municipais começaram a construir as primeiras casas subsidiadas. Embora não exista ainda qualquer tipo de auxílio-desemprego, os chamados indigentes (6,8% do total da população) passaram a receber uma ajuda governamental para sua alimentação e aluguel.

Há, porém, limites à atuação do governo na promoção do bem-estar geral. Primeiro, a Coréia dispõe de uma limitada base de arrecadação fiscal, apesar de suas

tradições intervencionistas.

A receita tributária é de apenas 18% do PIB, pouco mais da metade da arrecadação média nos países industrializados, o que é positivo, em termos gerais. Uma vez que os governos se acostumam a abocanhar uma parcela grande do salário dos trabalhadores, torna-se difícil abandonar este hábito, que termina por desestimular as pessoas a trabalharem pesado.

Segundo, outra limitação à vocação social do Estado coreano é a rigidez na alocação do orçamento federal, comprometido em torno de 40% e 20%, respectivamente com as rubricas "gastos com defesa e administração geral" e "educação", desde os anos 70.

O 6.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1987-91) demonstra que está começando a haver, de fato, uma mudança de prioridades na política governamental. As rubricas "desenvolvimento social" e "desenvolvimento econômico" do orçamento federal apresentam estimativas de tendências opostas para o período. De 1987 a 1991, é esperado que os gastos com a primeira subam de uma participação de 8,4% para 10,6%, enquanto que as despesas com a segunda caíam de 18,4% para 17,4%.

Conclusão

Não se deve pretender

transportar o modelo de desenvolvimento coreano para o caso brasileiro. Muitas vezes, as comparações entre países tendem a incorrer em análises simplistas de realidades complexas, e correr-se-ia o risco, neste caso, de se concluir erroneamente a respeito dos acertos coreanos e desacertos brasileiros, em termos de política de desenvolvimento.

No entanto, é sempre importante conhecer as experiências de desenvolvimento de outros países, no contexto de suas especificidades, como forma de aprofundar o conhecimento sobre as diversas estratégias de desenvolvimento disponíveis, e assim, orientar o processo de tomada de decisões.

Sob este enfoque, procedeu-se à análise da experiência de industrialização da Coréia do Sul, que teve em si o mérito de conciliar altas taxas de crescimento econômico com o processo de reestruturação social, segundo critérios de modernidade e eficiência.

A reforma agrária e a reforma educacional, que antecederam ao processo de industrialização, cumpriram papel fundamental no sentido de tornar apta a população enquanto mão-de-obra (até então, atrasada e ignorante) e possibilitar uma estruturação social equilibrada, a partir do crescimento econômico acelerado que se instalou no país, a partir dos anos 60.

Deve-se salientar a atuação decisiva dos Estados Unidos como mentor e financiador (dinheiro concedido sem retorno) de ambas as reformas. Não fosse a situação de confronto internacional do pós-guerra e o interesse americano em fortalecer a Coréia do Sul (pois a do Norte já estava ocupada pelos soviéticos), a reforma agrária e a reforma educacional, que foram os estímulos do dinamismo industrial e da modernização social, ficariam inviabilizadas.

Não se pode afirmar que o chamado "milagre" coreano teve como um de seus subprodutos o desenvolvimento social. Se fosse utilizado o conceito** do IDS (índice do desenvolvimento social) em toda a sua abrangência, de forma a avaliar o grau de acesso da população a condições adequadas de remuneração, saúde, educação, habitação, meio ambiente, alimentação, transportes e de outros serviços que caracterizam a sua qualidade de vida, verificar-se-ia que, no período 1961-87, a promoção do desenvolvimento social não esteve entre as prioridades contempladas nos cinco planos quinquenais de governo.

Durante os 26 anos de autoritarismo, a população foi considerada tão-somente como fator de produção, e como tal deveria estar sempre mais bem preparada e equipada para propiciar ganhos crescentes de produtividade. A ideologia

Títulos editados em 1990

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



ADMINISTRAÇÃO

- ANÁLISE DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS (Paulo Henrique Sotto Costa e Eduardo Vieira Attie) 3^a ed. 252 p.
- MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO Vol. 1 (Machine, Sá Motza, Schoeps e Weil) 9^a ed. 632 p.



CONTABILIDADE

- ANÁLISE CONTÁBIL - ANÁLISE DE BALANÇOS (Americo Mathews Florentino) 9^a ed. 272 p.



CULTURA

- AMANHÃ SEMPRE É TARDE (Frederico Mayor Zaragoza) 1^a ed. 312 p.



ECOLOGIA

- AS FONTES DE VIDA NO BRASIL (Alberto Torres) 2^a ed.



ECONOMIA

- REALISMO DOS PRESSUPOSTOS EM ECONOMIA Tese n^o 18 (Valdir Ramalho de Mello) 1^a ed. 208 p.
- RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL 1990 (Banco Mundial) 1^a ed. 288 p.



HISTÓRIA

- HISTÓRIA ORAL - A EXPERIÊNCIA DO CPDOC (Verena Alberti) 1^a ed. 208 p.



PSICOLOGIA

- TESTE DE RORSCHACH: ATLAS E DICIONÁRIO (Monique Augras) 7^a ed. 252 p.

Estudo especial Coréia do Sul

empresarial vigente, apoiada no "modelo militar", conclamava todos os trabalhadores a participarem voluntariamente do projeto nacional, a suportarem baixos salários, horas extras e condições precárias de trabalho, e ainda a cultivarem o espírito de hierarquia, caracterizado pela obediência irrestrita à ordem dos superiores.

O modelo de industrialização adotado, entre 1961 e 1987, que ajeitou a Coréia da condição de país pobre e atrasado para a de participante do grupo das potências emergentes, estava assentado nos seguintes pilares-mestres: dirigismo e centralização do governo militar, superconcentração econômica nas mãos dos conglomerados, o papel-chave do setor externo e sobretudo a crescente qualificação e empenho profissional de sua mão-de-obra.

Procurou-se demonstrar, ao longo deste artigo, como este padrão de industrialização teve um impacto positivo na estrutura social do país, ao promover a elevação generalizada no grau de instrução e na capacitação tecnológica da população, o aumento equilibrado no nível de renda, sem gerar uma segmentação profunda no tecido social, como ocorre na maioria dos países em fase de industrialização.

Com a democratização política e a liberalização econômica, iniciadas a partir de 1988, as questões ligadas ao desenvolvimento social

passaram a assumir importância crescente na vida do país. A população não aceita mais ser considerada apenas como fator de produção; exige melhorias, em sua qualidade de vida, compatíveis com os ganhos de produtividade auferidos até então.

A luta por melhores salários, maiores oportunidades de consumo, a preservação do meio ambiente, a maior participação do Estado junto às camadas mais carentes da população são exemplos de algumas das bandeiras defendidas por segmentos representativos da sociedade.

Em sentido figurado, pode-se representar esta fase de transição política e econômica, por quem vem passando o país, como o momento em que a Coréia está deixando de ser a fábrica eficiente e dotada de uma estrutura organizada de trabalhadores, que sempre foi desde os anos 60, para se transformar em uma cidade, onde os anseios de sua população deveriam ser contemplados daqui para a frente. De imediato, esta cidade contaria com uma importante vantagem comparativa em relação às demais, que seria o alto nível de instrução e capacidade de trabalho de sua população.

*Economista da FGV/IBRE/CERIN.

**Conceito desenvolvido no trabalho "O Desenvolvimento Social nas Cinco Regiões Brasileiras", de Maria Cecília Prates.